

PIÇARRA - PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÇARRA - PARÁ

Motorista- Categoria “AB”;
Motorista- Categoria “D”;
Operador de Máquinas
Pesadas

EDITAL Nº 001/2025 – PMP

CÓD: SL-037MA-25
7908433275190

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Tipos e gêneros textuais	7
3. Fonética e Fonologia -fonema, grafema	13
4. Acentuação gráfica.....	19
5. Ortografia oficial	20
6. Translineação	25
7. Morfologia: classificação e flexão (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, preposição, pronome, verbo, advérbio, interjeição e conjunção)	30
8. Sintaxe: termos essenciais, integrantes, acessórios e vocativo. Estudo do período simples e composto e suas respectivas classificações (oração coordenada e subordinada)	38
9. Concordância Nominal e Verbal.....	42
10. Semântica (conotação, denotação, sinônimo, antônimo, parônimo, homônimo, ambiguidade e polissemia	44
11. Estilística (figuras de linguagem e uso dos sinais de pontuação).....	48
12. Variação linguística (histórica, geográfica, social e registro).....	52
13. Linguagem, comunicação e interação (linguagem verbal, não verbal e mista, código, língua e funções da linguagem).....	53

Matemática

1. Conjunto dos números reais: reconhecimento e ordenação. Dízimas periódicas (fração geratriz) e operações (adição subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação) e problemas envolvendo números reais	65
2. Razão e proporção, variação de grandezas diretamente proporcionais, inversamente proporcionais e não proporcionais.....	69
3. regra de três simples e composta	70
4. Problemas envolvendo porcentagem em situações cotidianas	71
5. Problemas envolvendo equações do 1º e 2º grau	73
6. Sistema de equações do 1º grau.....	75
7. Polígonos regulares, não regulares e circunferência: características, cálculo de área e perímetro. Triângulos (classificação, propriedades, pontos notáveis e teorema de Pitágoras). Teorema de Tales.....	77
8. Figuras geométricas espaciais (prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera): característicasplanificações, relações entre arestas, vértices e faces de prismas e pirâmides. vistas ortogonais de figuras espaciais	81
9. Unidades de medida: transformação de medidas e problemas envolvendo medidas de comprimento, massa, tempo, temperatura, área, capacidade e volume inseridas em contextos oriundos de situações cotidianas	87
10. Cálculo de probabilidades (expressando-a por meio de um número racional na forma fracionária, decimal e percentual)	92
11. Medidas de tendência central (média, moda e mediana), leitura, interpretação e representação de dados em tabelas de dupla entrada e gráficos (de colunas simples e agrupadas, de barras, de setores e pictóricos).....	94

Conhecimentos Específicos - Comum aos cargos

1. Conhecimentos referentes aos principais fatos políticos, econômicos e sociais do Pará, do Brasil e do mundo na atualidade	107
2. Os principais problemas socioambientais no Pará, no Brasil e no mundo na atualidade	108
3. Sustentabilidade e desenvolvimento econômico	109
4. Regionalização do território brasileiro	109
5. Estado do Pará: limites, pontos extremos, relevo, clima, hidrografia, extrativismo, pontos turísticos, folclore e manifestações religiosas; Formação histórica e econômica da Amazônia e do Estado do Pará; Noções de patrimônio histórico, artístico e cultural no Pará	117
6. Características físicas (clima, relevo, hidrografia, vegetação e recursos naturais) do Município de Piçarra; Formação histórica e econômica do Município de Piçarra	129
7. Questões climáticas e os desafios contemporâneos para a Amazônia	131

Conhecimentos Específicos

Motorista - Categoria “AB”; Motorista - Categoria “D”; Operador de Máquinas Pesadas

1. Legislação de Trânsito: Sistema Nacional de Trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Da condução de veículos por motoristas profissionais; Dos pedestres e condutores de veículos não motorizados; Da sinalização de trânsito; Dos veículos; Da habilitação; Das infrações; Das penalidades; Das medidas administrativas; Dos crimes de trânsito	135
2. Direção Defensiva: conceitos e definição, classificação, método preventivo, fatores que geram acidentes	187
3. Noções de Mecânica: pneus, chassi, sistema elétrico, sistema de transmissão e suspensão, sistema de direção e freios, motor	192
4. Primeiros Socorros	216

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo

menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

— Introdução

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

— Tipos Textuais: Definição e Características Gerais

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

Exemplos de gêneros textuais descritivos: anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

– **Exemplos de gêneros textuais injuntivos:** receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.

Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

- Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.
- O verbo é empregado predominantemente no presente, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

Exemplos de gêneros textuais expositivos: enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.

Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é amplamente utilizado em redações de concursos e vestibulares. Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

- Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).
- Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.
- Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos: artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.

Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

- Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.
- Uso predominante de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.
- Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

Exemplos de gêneros textuais narrativos: contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.

Relação Entre os Tipos Textuais e a Função Comunicativa

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

A compreensão das características dos tipos textuais é fundamental para que os candidatos sejam capazes de identificar a estrutura e a finalidade dos textos em provas de concursos públicos, assim como para que possam produzir redações de acordo com as exigências da banca examinadora. Portanto, o conhecimento aprofundado dos tipos textuais é um diferencial importante para o sucesso em questões que abordam análise e produção textual.

Análise dos Principais Tipos Textuais

Os tipos textuais são a base que orienta a construção e a organização de um texto, guiando a forma como as informações são apresentadas e recebidas pelo leitor. A seguir, analisaremos

em detalhes os cinco principais tipos textuais: descritivo, injuntivo, expositivo, dissertativo-argumentativo e narrativo, destacando suas características, usos e exemplos práticos. Esse entendimento é fundamental para a interpretação e produção de textos, especialmente em contextos como concursos públicos e vestibulares, nos quais a capacidade de identificar e aplicar os tipos textuais é frequentemente avaliada.

Tipo Textual Descritivo

O tipo textual descritivo tem como objetivo pintar uma imagem mental de um objeto, pessoa, ambiente, situação ou sentimento, fornecendo detalhes que ajudam o leitor a “visualizar” o que está sendo descrito. É comum encontrar a descrição em textos literários, em que o autor deseja criar um cenário ou caracterizar um personagem, mas ela também aparece em textos não literários, como anúncios classificados, cardápios e laudos médicos.

Características principais:

– **Uso de adjetivos e locuções adjetivas:** Proporcionam detalhes sobre características físicas ou emocionais do que está sendo descrito.

– **Verbos de ligação:** Verbos como “ser”, “estar” e “parecer” são frequentes, pois ajudam a conectar as características ao objeto descrito.

– **Detalhamento minucioso:** Enumeração de características que podem incluir cor, forma, tamanho, textura, cheiro e emoções, tornando a descrição rica e detalhada.

– **Estilo estático:** A descrição não envolve ação ou movimento; o foco é a apresentação das características.

– **Exemplos de uso:** Biografias, descrições em romances, relatórios técnicos e anúncios de classificados.

Exemplo prático: “A casa era pequena, de paredes brancas, janelas azuis e telhado vermelho. O jardim à frente era bem cuidado, com flores amarelas e rosas que exalavam um perfume suave.”

Tipo Textual Injuntivo

O tipo textual injuntivo, também chamado de instrucional, tem como finalidade orientar, instruir ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Esse tipo é utilizado em textos que apresentam comandos, instruções ou regras, e é bastante comum em manuais de instruções, receitas culinárias, editais de concursos e regulamentos.

Características principais:

– **Uso de verbos no modo imperativo:** O uso de verbos como “faça”, “coloque”, “misture” é frequente, indicando instruções claras e diretas.

– **Frases curtas e objetivas:** O texto é conciso e vai direto ao ponto, facilitando a compreensão do leitor.

– **Linguagem clara e prática:** Evita ambiguidades e busca a eficiência na comunicação.

– **Exemplos de uso:** Receitas de culinária, manuais de instruções, leis, regulamentos e bulas de remédio.

Exemplo prático: “Misture a farinha e o fermento em uma tigela. Adicione o leite aos poucos, mexendo bem para não formar grumos. Cozinhe em fogo baixo até engrossar.”

Tipo Textual Expositivo

O tipo textual expositivo tem a função de expor, informar ou explicar um tema, fato ou conceito ao leitor de forma clara e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar. É comumente utilizado em textos que têm como objetivo transmitir conhecimento, como artigos acadêmicos, enciclopédias, resumos, verbetes e reportagens informativas.

Características principais:

– **Organização lógica:** O texto geralmente é estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão, apresentando o tema de maneira ordenada.

– **Linguagem clara e objetiva:** Não há subjetividade ou opiniões pessoais; o foco é fornecer informações de forma neutra.

– **Presença de exemplos, definições e explicações:** Para facilitar a compreensão do leitor, o autor utiliza recursos que ajudam a esclarecer o tema.

– **Exemplos de uso:** Textos didáticos, verbetes de dicionário, palestras, conferências e resumos.

Exemplo prático: “A água é uma substância composta por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio (H₂O). Ela é essencial para a vida e cobre cerca de 71% da superfície do planeta.”

Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é um dos mais cobrados em provas e concursos públicos. Seu objetivo é discutir um tema, apresentar um ponto de vista e convencer o leitor de uma determinada opinião ou tese. Para isso, o texto utiliza argumentos sólidos e bem estruturados, com exemplos, dados e referências que reforçam a posição defendida.

Características principais:

– **Estrutura bem definida:** Composto por introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (apresentação dos argumentos) e conclusão (reforço da tese ou proposta de solução).

– **Uso de recursos argumentativos:** Inclui citações, exemplos, comparações, dados estatísticos e contra-argumentos para fundamentar a tese.

– **Linguagem formal e objetiva:** O texto deve ser claro, coerente e evitar gírias ou expressões coloquiais.

– **Exemplos de uso:** Redações de concursos, artigos de opinião, editoriais, ensaios e monografias.

Exemplo prático: “A educação é a chave para o desenvolvimento de um país. Investir em escolas e formação de professores é fundamental para garantir um futuro próspero, pois é através do conhecimento que se forma uma sociedade consciente e preparada para os desafios do mundo moderno.”

Tipo Textual Narrativo

O tipo textual narrativo conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, acontecimentos, tempo e espaço. É muito utilizado em textos literários, mas também pode aparecer em relatos de experiências, anedotas, notícias e biografias.

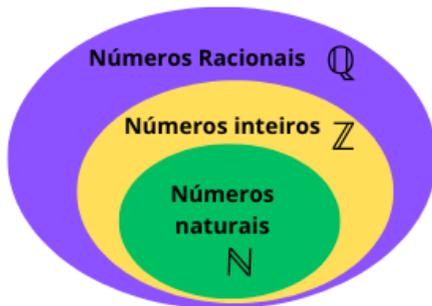
MATEMÁTICA

CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS: RECONHECIMENTO E ORDENAÇÃO. DÍZIMAS PERIÓDICAS (FRAÇÃO GERATRIZ) E OPERAÇÕES (ADIÇÃO SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO) E PROBLEMAS ENVOLVENDO NÚMEROS REAIS

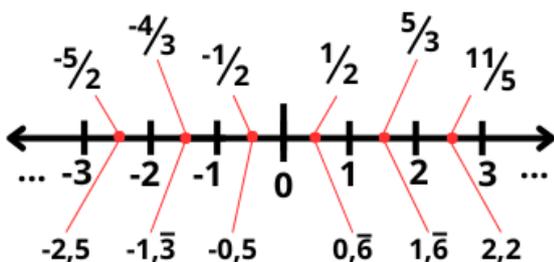
CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS (Q)

Os números racionais são aqueles que podem ser expressos na forma de fração. Nessa representação, tanto o numerador quanto o denominador pertencem ao conjunto dos números inteiros, e é fundamental observar que o denominador não pode ser zero, pois a divisão por zero não está definida.

O conjunto dos números racionais é simbolizado por Q . Vale ressaltar que os conjuntos dos números naturais e inteiros são subconjuntos dos números racionais, uma vez que todos os números naturais e inteiros podem ser representados por frações. Além desses, os números decimais e as dízimas periódicas também fazem parte do conjunto dos números racionais.



Representação na reta:



Também temos subconjuntos dos números racionais:

Q^+ = subconjunto dos números racionais não nulos, formado pelos números racionais sem o zero.

Q_+ = subconjunto dos números racionais não negativos, formado pelos números racionais positivos.

Q^+ = subconjunto dos números racionais positivos, formado pelos números racionais positivos e não nulos.

Q_- = subconjunto dos números racionais não positivos, formado pelos números racionais negativos e o zero.

Q^- = subconjunto dos números racionais negativos, formado pelos números racionais negativos e não nulos.

Representação Decimal das Frações

Tomemos um número racional a/b , tal que a não seja múltiplo de b . Para escrevê-lo na forma decimal, basta efetuar a divisão do numerador pelo denominador.

Nessa divisão podem ocorrer dois casos:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$2/5 = 0,4$$

$$1/4 = 0,25$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$1/3 = 0,333\dots$$

$$167/66 = 2,53030\dots$$

Existem frações muito simples que são representadas por formas decimais infinitas, com uma característica especial: existe um período.

Uma forma decimal infinita com período de UM dígito pode ser associada a uma soma com infinitos termos deste tipo:

$$0, bbbb\dots = b \cdot \frac{1}{10^1} + b \cdot \frac{1}{10^2} + b \cdot \frac{1}{10^3} + b \cdot \frac{1}{10^4} + \dots$$

Para converter uma dízima periódica simples em fração, é suficiente utilizar o dígito 9 no denominador para cada quantidade de dígitos que compõe o período da dízima.

Exemplos:

1. Seja a dízima $0,333\dots$

Veja que o período que se repete é apenas 1 (formado pelo 3), então vamos colocar um 9 no denominador e repetir no numerador o período.

Número do período que se repete

Números de dígitos do período

Assim, a geratriz de $0,333\dots$ é a fração $3/9$.

2. Seja a dízima 1, 2343434...

O número 234 é formado pela combinação do ante período com o período. Trata-se de uma dízima periódica composta, onde há uma parte não repetitiva (ante período) e outra que se repete (período). No exemplo dado, o ante período é representado pelo número 2, enquanto o período é representado por 34.

Para converter esse número em fração, podemos realizar a seguinte operação: subtrair o ante período do número original (234 - 2) para obter o numerador, que é 232. O denominador é formado por tantos dígitos 9 quanto o período (dois nove, neste caso) e um dígito 0 para cada dígito no ante período (um zero, neste caso).

Assim, a fração equivalente ao número 234 é 232/990



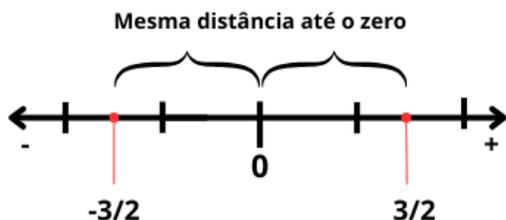
Em $1\frac{232}{990}$ temos uma fração mista, então transformando-a:

$$(1 \cdot 990 + 232) = 1222, \text{ logo: } \frac{1222}{990}$$

Simplificando por 2, obtemos $x = \frac{611}{495}$, que é a fração geratriz da dízima 1, 23434...

Módulo ou valor absoluto

Refere-se à distância do ponto que representa esse número até o ponto de abscissa zero.



Inverso de um Número Racional

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n} = \left(\frac{b}{a}\right)^n, \quad a \neq 0 \text{ e } b \neq 0$$

Operações com números Racionais

Soma de Números Racionais

Como cada número racional pode ser expresso como uma fração, ou seja, na forma de a/b , onde "a" e "b" são números inteiros e "b" não é zero, podemos definir a adição entre números racionais da seguinte forma: a/b e c/d , da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

Subtração de Números Racionais

A subtração de dois números racionais, representados por a e b, é equivalente à operação de adição do número p com o oposto de q. Em outras palavras, $a - b = a + (-b)$

$$\frac{a}{b} - \frac{c}{d} = \frac{ad - bc}{bd}$$

Multiplicação (produto) de Números Racionais

O produto de dois números racionais é definido considerando que todo número racional pode ser expresso na forma de uma fração. Dessa forma, o produto de dois números racionais, representados por a e b é obtido multiplicando-se seus numeradores e denominadores, respectivamente. A expressão geral para o produto de dois números racionais é a.b. O produto dos números racionais a/b e c/d também pode ser indicado por $a/b \times c/d$, $a/b.c/d$. Para realizar a multiplicação de números racionais, devemos obedecer à mesma regra de sinais que vale em toda a Matemática:

Podemos assim concluir que o produto de dois números com o mesmo sinal é positivo, mas o produto de dois números com sinais diferentes é negativo.

Divisão (Quociente) de Números Racionais

A divisão de dois números racionais p e q é a própria operação de multiplicação do número p pelo inverso de q, isto é: $p \div q = p \times q^{-1}$

Potenciação de Números Racionais

A potência q^n do número racional q é um produto de n fatores iguais. O número q é denominado a base e o número n é o expoente. Vale as mesmas propriedades que usamos no conjunto dos Números Inteiros.

$q^n = q \times q \times q \times q \times \dots \times q$, ou seja, q aparece n vezes.

Radiciação de Números Racionais

Se um número é representado como o produto de dois ou mais fatores iguais, cada um desses fatores é denominado raiz do número. Vale as mesmas propriedades que usamos no conjunto dos Números Inteiros.

Exemplo: considere o número 1/9

Podemos dizer que 1/9 é o produto de dois fatores iguais:

$$\frac{1}{9} = \frac{1}{3} \times \frac{1}{3}$$

Isso significa que 1/3 é a raiz quadrada de 1/9:

$$\sqrt{\frac{1}{9}} = \frac{1}{3}$$

Propriedades da Adição e Multiplicação de Números Racionais

1) Fechamento: o conjunto Q é fechado para a operação de adição e multiplicação, isto é, a soma e a multiplicação de dois números racionais ainda é um número racional.

2) Associativa da adição: para todos a, b, c em Q: $a + (b + c) = (a + b) + c$

3) Comutativa da adição: para todos a, b em Q: $a + b = b + a$

4) Elemento neutro da adição: existe 0 em Q, que adicionado a todo q em Q, proporciona o próprio q, isto é: $q + 0 = q$

5) Elemento oposto: para todo q em Q, existe -q em Q, tal que $q + (-q) = 0$

6) Associativa da multiplicação: para todos a, b, c em Q: $a \times (b \times c) = (a \times b) \times c$

7) Comutativa da multiplicação: para todos a, b em Q: $a \times b = b \times a$

8) Elemento neutro da multiplicação: existe 1 em Q, que multiplicado por todo q em Q, proporciona o próprio q, isto é: $q \times 1 = q$

9) Elemento inverso da multiplicação: Para todo $q = a/b$ em Q, $q \neq 0$, existe :

$$q^{-1} = \frac{b}{a}, \text{ em } \mathbb{Q}.$$

Satisfazendo a propriedade:

$$q \cdot q^{-1} = 1$$

ou seja,

$$\frac{a}{b} \cdot \frac{b}{a} = 1$$

10) Distributiva da multiplicação: Para todos a, b, c em Q: $a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$

Exemplos:

1. Na escola onde estudo, 1/4 dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita, 9/20 têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- (A) 1/4
- (B) 3/10
- (C) 2/9
- (D) 4/5
- (E) 3/2

Solução:

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5 + 9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

Resposta: B.

2. Simplificando a expressão abaixo

$$\frac{1,3333\dots + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$$

obtem-se :

- (A) 1/2
- (B) 1
- (C) 3/2
- (D) 2
- (E) 3

Solução:

$$1,3333\dots = 12/9 = 4/3$$

$$1,5 = 15/10 = 3/2$$

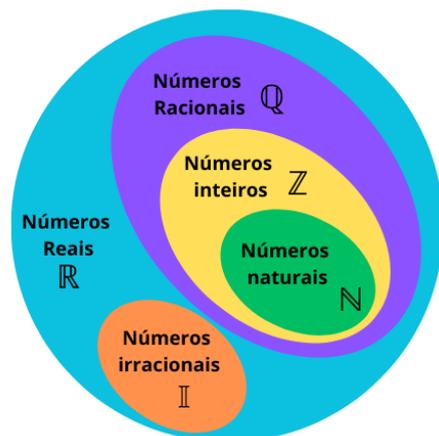
$$\frac{\frac{4}{3} + \frac{3}{2}}{\frac{3}{2} + \frac{4}{3}} = \frac{\frac{17}{6}}{\frac{17}{6}} = 1$$

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS (R)

O conjunto dos números reais, representado por R, é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$R = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$ (Se um número real é racional, não irracional, e vice-versa).



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Comum aos cargos

CONHECIMENTOS REFERENTES AOS PRINCIPAIS FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DO PARÁ, DO BRASIL E DO MUNDO NA ATUALIDADE

Atualidades do Estado do Pará

Política

• **Gestão estadual (2023-2026):** Helder Barbalho (MDB) foi reeleito em 2022 com forte apoio político. Sua gestão tem enfatizado investimentos em infraestrutura, educação, saúde e segurança pública.

• **Pacto pela Governança da Água:** O Pará tem firmado compromissos pela proteção da Amazônia e pela gestão responsável de recursos hídricos, tema ambiental de grande repercussão.

• **COP 30 em Belém (2025):** A capital paraense foi escolhida como sede da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), evento de grande relevância global. Isso impulsionou investimentos em infraestrutura urbana e turismo sustentável.

Economia

• **Mineração e agronegócio:** A economia paraense continua fortemente baseada na mineração (ferro, bauxita, manganês) e no agronegócio (soja, pecuária).

• **Corredores logísticos:** Grandes obras de infraestrutura buscam integrar modais rodoviário, hidroviário e ferroviário, como a Ferrovia Paraense e a pavimentação da BR-163.

• **ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico:** Iniciativa estratégica para equilibrar desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Sociedade

• **Desigualdade social:** O Pará ainda apresenta altos índices de pobreza e desigualdade, especialmente em áreas rurais e comunidades indígenas e ribeirinhas.

• **Educação indígena e quilombola:** Avanços no reconhecimento de direitos educacionais específicos e financiamento de programas locais.

Atualidades do Brasil

Política

• **Governo Lula III (2023-2026):** Foco em reconstrução de políticas públicas, diálogo internacional, meio ambiente, e retomada de programas sociais como Bolsa Família.

• **Reforma tributária:** Aprovada a PEC da reforma tributária em 2023, com objetivo de simplificar o sistema e criar o IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

• **Polarização política:** Persistem tensões entre grupos conservadores e progressistas, com desdobramentos nas redes sociais e no Congresso Nacional.

Economia

• **Inflação e juros:** Em 2024, o Brasil viu uma desaceleração da inflação e queda gradual da taxa Selic, promovendo estímulo à economia.

• **Investimentos estrangeiros:** Com a estabilidade política e o apelo ambiental (Amazônia, transição energética), o país voltou a atrair capital externo.

• **Desemprego:** A taxa de desemprego está em queda, mas a informalidade e subocupação ainda são desafios.

Sociedade

• **Desigualdade de renda e fome:** Programas como o novo Bolsa Família visam reduzir a pobreza extrema, mas o Brasil ainda enfrenta insegurança alimentar grave.

• **Violência e segurança pública:** Avanços tímidos no combate ao crime organizado e à violência urbana; aumento de investimentos em policiamento comunitário e inteligência.

Atualidades do Mundo

Política

• **Guerra na Ucrânia (desde 2022):** Ainda em curso, o conflito impacta a segurança europeia, preços de energia e a geopolítica global.

• **Conflito Israel-Palestina:** A escalada de violência entre Israel e Hamas (2023-2024) gerou forte comoção internacional e dividiu opiniões políticas em diversos países.

• **Ascensão de governos nacionalistas:** Em países como Argentina, Hungria e Itália, políticos de direita têm fortalecido pautas nacionalistas e conservadoras.

Economia

• **Inflação global:** Após a pandemia, o mundo enfrentou inflação alta, mas a maioria dos países começa a estabilizar suas economias.

• **Transição energética:** A corrida por fontes limpas e renováveis (eólica, solar, hidrogênio verde) cresce, com destaque para o Brasil e países da Europa.

• **China e EUA:** Disputa tecnológica e comercial continua, afetando cadeias globais de produção e exportações brasileiras.

Sociedade

• **Mudanças climáticas:** Fenômenos extremos (secas, enchentes, ondas de calor) se intensificam, pressionando governos por políticas ambientais mais efetivas.

• **Migração forçada:** Conflitos, crises econômicas e ambientais impulsionam fluxos migratórios — África, América Central e Oriente Médio são os principais focos.

• **Avanço das tecnologias IA:** Discussões éticas e regulatórias sobre uso da inteligência artificial no mercado de trabalho e segurança digital estão em pauta.

OS PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NO PARÁ, NO BRASIL E NO MUNDO NA ATUALIDADE

O Enfrentamento dos Desafios Socioambientais

A relação entre sociedade e meio ambiente tornou-se um dos eixos centrais do debate contemporâneo sobre desenvolvimento sustentável. Problemas socioambientais emergem quando os impactos ambientais afetam diretamente as condições sociais de vida, especialmente nas populações mais vulneráveis. No contexto do Pará, do Brasil e do mundo, essa relação é marcada por conflitos territoriais, degradação de recursos naturais e desequilíbrios econômicos e sociais.

Problemas Socioambientais no Pará

O estado do Pará está situado na Amazônia Legal, região de extrema relevância ecológica e social. Os principais problemas enfrentados são:

Desmatamento e grilagem de terras

- O Pará figura entre os líderes em desmatamento ilegal na Amazônia.
- A grilagem (ocupação irregular de terras públicas) é impulsionada por interesses ligados à pecuária, soja e mineração.
- A extração de madeira ilegal também contribui para a degradação ambiental.

Conflitos socioambientais e violência no campo

- Comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas enfrentam ameaças constantes por disputas fundiárias.
- O Atlas dos Conflitos Socioterritoriais da Amazônia mostra que o Pará tem o maior número de conflitos rurais da região Norte.

Mineração e impactos socioeconômicos

- Projetos de mineração (como em Carajás e no rio Xingu) causam poluição hídrica, deslocamento de comunidades e perda de biodiversidade.
- O rompimento de barragens e o uso intensivo de recursos naturais afetam diretamente a saúde da população local.

Falta de saneamento básico

- Muitas áreas rurais e periferias urbanas vivem sem acesso a esgoto tratado, água potável e coleta de lixo, agravando problemas de saúde pública e contaminação ambiental.

Problemas Socioambientais no Brasil

O Brasil enfrenta desafios socioambientais em escala nacional, decorrentes de um modelo de desenvolvimento predatório e desigual:

Desmatamento da Amazônia e Cerrado

- Entre 2022 e 2024, houve avanços na redução do desmatamento, mas os números ainda são elevados.
- O agronegócio e o garimpo ilegal são os principais vetores de pressão.

Crises hídricas e poluição

- Rios como o São Francisco, Tietê e Doce sofrem com poluição industrial, urbana e agroquímica.
- A falta de tratamento de esgoto em áreas urbanas continua sendo um grave problema ambiental.

Mudanças climáticas e eventos extremos

- Secas severas no Nordeste e enchentes devastadoras no Sul refletem o impacto das mudanças climáticas.
- A vulnerabilidade das cidades brasileiras à crise climática é agravada pela falta de planejamento urbano e políticas de adaptação.

Justiça ambiental e desigualdade

- As populações negras, indígenas e periféricas são as mais afetadas por riscos ambientais.
- A justiça ambiental busca garantir que essas populações tenham acesso a políticas públicas e voz nas decisões sobre seus territórios.

Problemas Socioambientais no Mundo

Em escala global, os problemas socioambientais se tornam cada vez mais complexos e interligados:

Mudanças climáticas globais

- O aumento da temperatura média global está associado ao degelo polar, elevação do nível do mar e eventos climáticos extremos.
- Países em desenvolvimento, apesar de emitirem menos gases de efeito estufa, são os mais afetados.

Crise hídrica e escassez de água

- A escassez de água potável afeta bilhões de pessoas, sobretudo na África Subsaariana e Oriente Médio.
- O uso insustentável da água na agricultura e na indústria agrava o problema.

Perda de biodiversidade

- A taxa de extinção de espécies aumentou drasticamente devido ao desmatamento, poluição e mudanças climáticas.
- A Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade (IPBES) alerta para a perda irreversível de ecossistemas-chave.

Desigualdade ambiental global

- Países ricos historicamente poluem mais, mas têm mais recursos para se proteger.
- O debate sobre “justiça climática” propõe que os países desenvolvidos financiem a transição ecológica dos mais pobres.

Soluções e Políticas Públicas em Curso

Vários esforços estão em andamento para mitigar esses problemas, embora ainda insuficientes:

Acordos e políticas internacionais

- Acordo de Paris (2015) e Agenda 2030 da ONU estabelecem metas ambientais e sociais integradas.
- A COP 30, que será realizada em Belém (2025), deve fortalecer o protagonismo do Brasil no combate às mudanças climáticas.

Políticas públicas no Brasil

- Programas como o Plano ABC+ (Agricultura de Baixo Carbono) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) têm sido retomados.
- Avanços na fiscalização do IBAMA e ICMBio, com uso de tecnologias de monitoramento remoto.

Engajamento da sociedade civil

- ONGs, movimentos sociais e redes internacionais atuam para denunciar abusos e pressionar governos e empresas.

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A busca pelo desenvolvimento econômico sempre foi um dos principais objetivos das nações. Contudo, o modelo tradicional baseado em crescimento econômico a qualquer custo tem gerado impactos ambientais e sociais insustentáveis, como o esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental e aumento das desigualdades. Nesse contexto, surge a sustentabilidade como um novo paradigma que visa conciliar progresso econômico, proteção ambiental e justiça social.

Conceito de Sustentabilidade

Definição clássica

Segundo o Relatório Brundtland (1987), sustentabilidade é o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”.

Dimensões da sustentabilidade

- **Econômica:** Uso eficiente e responsável dos recursos, promovendo crescimento com inclusão social.
- **Ambiental:** Conservação da biodiversidade, controle da poluição, uso racional dos recursos naturais.
- **Social:** Redução da pobreza, igualdade de oportunidades, acesso a saúde, educação e moradia.

Desenvolvimento Econômico Sustentável: Fundamentos e Desafios

Diferença entre crescimento e desenvolvimento

- Crescimento econômico refere-se ao aumento da produção e consumo (PIB).
- Desenvolvimento econômico envolve a melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda e acesso a direitos básicos.

Principais desafios

- Conciliar produção e conservação ambiental.
- Corrigir desigualdades históricas, garantindo justiça ambiental.

- Superar o consumismo e o desperdício.
- Reduzir a dependência de combustíveis fósseis.

Indicadores alternativos ao PIB

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
- Índice de Progresso Social (IPS)
- Pegada ecológica
- Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA)

Economia Verde e Transição Energética

O que é economia verde?

Trata-se de um modelo que promove o desenvolvimento com baixo carbono, uso eficiente dos recursos e inclusão social.

Transição energética

- Fontes limpas e renováveis: energia solar, eólica, hidrogênio verde, biomassa.
 - Descarbonização da indústria e dos transportes.
 - Empregos verdes: novas ocupações surgem nos setores de energia limpa, mobilidade sustentável e gestão de resíduos.
- Desafios da transição**
- Alto custo inicial de tecnologias limpas.
 - Resistência de setores dependentes de combustíveis fósseis.
 - Falta de capacitação da mão de obra para novas atividades.

REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

AS REGIONALIZAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

¹ FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã*. 1ª edição. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães*. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Motorista- Categoria “AB”; Motorista- Categoria “D”; Operador de Máquinas Pesadas

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO; NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA; DA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS POR MOTORISTAS PROFISSIONAIS; DOS PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS; DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO; DOS VEÍCULOS; DA HABILITAÇÃO; DAS INFRAÇÕES; DAS PENALIDADES; DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS; DOS CRIMES DE TRÂNSITO

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praças abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Art. 3º As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

Art. 4º Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos deste Código são os constantes do Anexo I.

CAPÍTULO II DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

Art. 6º São objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:

I - estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;

II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;

III - estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

SEÇÃO II
DA COMPOSIÇÃO E DA COMPETÊNCIA DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

I - o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;

II - os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;

III - os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - a Polícia Rodoviária Federal;

VI - as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e

VII - as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 7º-A. A autoridade portuária ou a entidade concessionária de porto organizado poderá celebrar convênios com os órgãos previstos no art. 7º, com a interveniência dos Municípios e Estados, juridicamente interessados, para o fim específico de facilitar a atuação por descumprimento da legislação de trânsito. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 1º O convênio valerá para toda a área física do porto organizado, inclusive, nas áreas dos terminais alfandegados, nas estações de transbordo, nas instalações portuárias públicas de pequeno porte e nos respectivos estacionamentos ou vias de trânsito internas. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão os respectivos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários, estabelecendo os limites circunscricionais de suas atuações.

Art. 9º O Presidente da República designará o ministério ou órgão da Presidência responsável pela coordenação máxima do Sistema Nacional de Trânsito, ao qual estará vinculado o CONTRAN e subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União.

Art. 10. O Contran, com sede no Distrito Federal, é composto dos Ministros de Estado responsáveis pelas seguintes áreas de competência: (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

I - (VETADO)

II - (VETADO)

II-A - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

III - ciência, tecnologia e inovações; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

IV - educação; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

V - defesa; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

VI - meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

VII - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

VIII - (VETADO)

IX - (VETADO)

X - (VETADO)

XI - (VETADO)

XII - (VETADO)

XIII - (VETADO)

XIV - (VETADO)

XV - (VETADO)

XVI - (VETADO)

XVII - (VETADO)

XVIII - (VETADO)

XIX - (VETADO)

XX - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020)

(Vigência)

XXI - (VETADO)

XXII - saúde; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXIII - justiça; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXIV - relações exteriores; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXV - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

XXVI - indústria e comércio; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXVII - agropecuária; (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXVIII - transportes terrestres; (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXIX - segurança pública; (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

XXX - mobilidade urbana. (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 3º-A. O Contran será presidido pelo Ministro de Estado ao qual estiver subordinado o órgão máximo executivo de trânsito da União. (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 4º Os Ministros de Estado poderão fazer-se representar por servidores de nível hierárquico igual ou superior ao Cargo Comissionado Executivo (CCE) nível 17, ou por oficial-general, na hipótese de tratar-se de militar. (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 5º Compete ao dirigente do órgão máximo executivo de trânsito da União atuar como Secretário-Executivo do Contran. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

§ 6º O quórum de votação e de aprovação no Contran é o de maioria absoluta. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

Art. 10-A. Poderão ser convidados a participar de reuniões do Contran, sem direito a voto, representantes de órgãos e entidades setoriais responsáveis ou impactados pelas propostas ou matérias em exame. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

Art. 11. (VETADO)

Art. 12. Compete ao CONTRAN:

I - estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;

II - coordenar os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, objetivando a integração de suas atividades;

III - (VETADO)

IV - criar Câmaras Temáticas;

V - estabelecer seu regimento interno e as diretrizes para o funcionamento dos CETRAN e CONTRANDIFE;

VI - estabelecer as diretrizes do regimento das JARI;

VII - zelar pela uniformidade e cumprimento das normas contidas neste Código e nas resoluções complementares;

VIII - estabelecer e normatizar os procedimentos para o enquadramento das condutas expressamente referidas neste Código, para a fiscalização e a aplicação das medidas administrativas e das penalidades por infrações e para a arrecadação das multas aplicadas e o repasse dos valores arrecadados; (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

IX - responder às consultas que lhe forem formuladas, relativas à aplicação da legislação de trânsito;

X - normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos;

XI - aprovar, complementar ou alterar os dispositivos de sinalização e os dispositivos e equipamentos de trânsito;

XII - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

XIII - avocar, para análise e soluções, processos sobre conflitos de competência ou circunscrição, ou, quando necessário, unificar as decisões administrativas; e

XIV - dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

XV - normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização. (Incluído pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)

§ 1º As propostas de normas regulamentares de que trata o inciso I do caput deste artigo serão submetidas a prévia consulta pública, por meio da rede mundial de computadores, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias, antes do exame da matéria pelo Contran. (Incluído pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

§ 2º As contribuições recebidas na consulta pública de que trata o § 1º deste artigo ficarão à disposição do público pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de encerramento da consulta pública. (Incluído pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

§ 3º Em caso de urgência e de relevante interesse público, o presidente do Contran poderá editar deliberação, ad referendum do Plenário, para fins do disposto no inciso I do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 4º A deliberação de que trata o § 3º deste artigo: (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

I - na hipótese de não ser aprovada pelo Plenário do Contran no prazo de 120 (cento e vinte) dias, perderá sua eficácia, com manutenção dos efeitos dela decorrentes; e (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

II - não está sujeita ao disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, vedada sua reedição. (Incluído pela Lei nº 14.599, de 2023)

§ 5º Norma do Contran poderá dispor sobre o uso de sinalização horizontal ou vertical que utilize técnicas de estímulos comportamentais para a redução de sinistros de trânsito. (Redação dada pela Lei nº 14.599, de 2023)

Art. 13. As Câmaras Temáticas, órgãos técnicos vinculados ao CONTRAN, são integradas por especialistas e têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões daquele colegiado.

§ 1º Cada Câmara é constituída por especialistas representantes de órgãos e entidades executivos da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, em igual número, pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito, além de especialistas

representantes dos diversos segmentos da sociedade relacionados com o trânsito, todos indicados segundo regimento específico definido pelo CONTRAN e designados pelo ministro ou dirigente coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 2º Os segmentos da sociedade, relacionados no parágrafo anterior, serão representados por pessoa jurídica e devem atender aos requisitos estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 3º A coordenação das Câmaras Temáticas será exercida por representantes do órgão máximo executivo de trânsito da União ou dos Ministérios representados no Contran, conforme definido no ato de criação de cada Câmara Temática. (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

§ 4º (VETADO)

I - (VETADO)

II - (VETADO)

III - (VETADO)

IV - (VETADO)

Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;

II - elaborar normas no âmbito das respectivas competências;

III - responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito;

IV - estimular e orientar a execução de campanhas educativas de trânsito;

V - julgar os recursos interpostos contra decisões:

a) das JARI;

b) dos órgãos e entidades executivos estaduais, nos casos de inaptidão permanente constatados nos exames de aptidão física, mental ou psicológica;

VI - indicar um representante para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores;

VII - (VETADO)

VIII - acompanhar e coordenar as atividades de administração, educação, engenharia, fiscalização, policiamento ostensivo de trânsito, formação de condutores, registro e licenciamento de veículos, articulando os órgãos do Sistema no Estado, reportando-se ao CONTRAN;

IX - dirimir conflitos sobre circunscrição e competência de trânsito no âmbito dos Municípios; e

X - informar o CONTRAN sobre o cumprimento das exigências definidas nos §§ 1º e 2º do art. 333.

XI - designar, em caso de recursos deferidos e na hipótese de reavaliação dos exames, junta especial de saúde para examinar os candidatos à habilitação para conduzir veículos automotores. (Incluído pela Lei nº 9.602, de 1998)

Parágrafo único. Dos casos previstos no inciso V, julgados pelo órgão, não cabe recurso na esfera administrativa.

Art. 15. Os presidentes dos CETRAN e do CONTRANDIFE são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente, e deverão ter reconhecida experiência em matéria de trânsito.

§ 1º Os membros dos CETRAN e do CONTRANDIFE são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.